



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

18 de outubro de 2019

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às 9h (nove horas), na Sala do Plenário, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo – CEE/SP, situada à Praça da República, 53 – Sala 237 – 2º andar – Centro – São Paulo – SP, reuniram-se ordinariamente, conforme Convocação nº 007/2019 (Anexo 01) e Lista de Presença (Anexo 02), os Conselheiros: Fábio Santos Silva, Marcelo Colonato, Aparecida Antônia Demambro, Legiane Rigamonti, Aline e Silva Tenório. Também participaram da reunião, como convidadas, a Sr^a. Cláudia Chiaroni Afuso, Priscila Gutul Galdino e Gleice da Silva Marangoni Carvalho, ambas do Departamento DAESC, responsável pela Alimentação Escolar do Estado de São Paulo. A Conselheira Aline declarou, às 09h30 (nove horas e 30 minutos), aberta a reunião e iniciou agradecendo a presença de todos e esclarecendo que o Presidente Marcelo Colonato estava a caminho e pediu para iniciar a reunião. O Conselheiro Fábio disse que várias escolas estão reclamando sobre a falta de tempero, sal e óleo. A Cláudia, Diretora do DAESC, explicou que na renovação das licitações desses itens, eles enfrentaram o problema da licitação deserta, ou seja, não apareceram fornecedores para os produtos. Claudia informou ainda que está pesquisando qual seria o motivo disto, inclusive verificando se é a exigência de conter no rótulo do óleo o logotipo colorido da alimentação escolar, que encarece o produto. Ela informou que na capital já foi conseguido um fornecedor e o abastecimento está normalizado. Já na Grande SP e interior, todas as Diretorias de Ensino receberam dinheiro suficiente para a compra desses itens enquanto a licitação via Órgão Central não se efetiva com sucesso. Claudia enfatiza as Diretorias de Ensino nunca ficaram desabastecidas, pois quando não havia item a ser enviado, foi enviado o dinheiro para a aquisição. O que sua equipe percebeu foram erros por parte das DEs, que fizeram a compra e deram longo prazo para entrega, o que é absolutamente equivocado, uma vez que estamos falando de uma compra emergencial. A Conselheira Aparecida questionou sobre a Vanessa ainda fazer parte da estrutura da Secretaria Estadual da Educação, sendo nossa RT – Responsável Técnica, em face da matéria da Folha de SP mencioná-la como participante da equipe do DAESC num momento em que houve acusação de corrupção, tendo sido um inquérito aberto à época. A Diretora



do DAESC explicou o caso da Vanessa, informando que ela precisou depor na Assembléia Legislativa, explicando o acontecido como testemunha, mas não existia acusação nem foi aberto processo administrativo contra ela especificamente. Como ela é funcionária pública concursada, Claudia explica que decidiram poupá-la das acusações e deixá-la voltar para a Diretoria de Ensino. Claudia informa que sua estadia na Secretaria foi breve, mas importantíssima para o trabalho no departamento, pois ela ensinou e compartilhou muitos conhecimentos necessários com a atual equipe. A nutricionista Priscila Gutul por enquanto a está substituindo, mas Claudia explica que a administração resolveu fazer um processo seletivo em meados de novembro para uma nova RT, de modo a evitar indicações pessoais e deixar o processo mais neutro e justo possível. Os conselheiros aproveitaram a presença da Claudia e da Priscila para perguntar sobre a situação das ETECS. Priscila explica que sua estrutura não foi feita para ter cozinha, de modo que algumas recebem refeições transportadas cedidas pelo Centro Paula Souza (mas são poucas), e a grande maioria consome o cardápio emergencial da Secretaria Estadual de Educação. A Conselheira Aparecida explicou como as cantinas funcionam nas ETECs, o Conselheiro Fábio também ajudou na explanação, enfatizando que os donos das cantinas pressionam a direção da escola para não deixar a refeição entrar, desta forma os alunos são “obrigados” a consumirem na cantina, geralmente estes espaços são alugados e o dinheiro é para a escola, alguns diretores sentem-se divididos entre aceitar a refeição e perder o aluguel da cantina. O conselheiro Fábio informa que um aluguel varia de R\$ 800,00 a R\$ 3000,00, que é um dinheiro que a escola utiliza para emergências, por conta disso, a direção é “pressionada” a não optar por servir refeição, pois o Estado não envia às escolas recursos suficientes para fazer frente a suas necessidades (pequenas reformas, materiais para a secretaria e de apoio aos professores). A conselheira Aline informa que a atual gestão criou o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) estadual, justamente para que esses recursos para pequenos ajustes, reformas, necessidades pontuais, possa ser suprido. Informa ainda que até o fim de novembro a primeira parcela já chegará às escolas, via APM. DAESC enfatiza que está sendo conduzido um grupo de estudo para normatizar a venda de itens nas cantinas das escolas, tendo uma nova resolução em andamento, que será enviada ao Conselho para ouvir o parecer dos conselheiros. A Diretora Cláudia Chiaroni explicou sobre o problema que houve com a licitação do leite em



pó instantâneo, que foi objeto de uma matéria da Folha SP. Explica então que foi feito o pregão eletrônico como está previsto em edital, sendo escolhido o segundo concorrente, já que o primeiro não estava apto pois foi feito um teste culinário para ver se o leite realmente apresentava as características da descrição do produto no edital e, no teste, o leite de marca Romano não diluía, sendo assim reprovado. Como no edital existe uma cláusula de que ele teria até 5 dias para adequação, com nova documentação laudada por laboratório externo, e se apresentar novamente, ele optou em fazê-lo. Então, no segundo teste não passou novamente, já que o leite embetumou. Sendo assim o distribuidor entrou com recurso e gravou em um pendrive o processo de envasamento de um pacote de Leite Ninho em pó, que ele colocou dentro da sua embalagem, no caso como “Milk Vita”. Por ser distribuidor ele pode sim distribuir o Leite Ninho, ou, qualquer outro que ele tenha autorização, o fato foi a abertura de uma embalagem e o envasamento em outra totalmente fora dos padrões, com esta atitude ele quis dizer que mesmo ele entregando o melhor produto do mercado (Leite Ninho) a Secretaria não quis aceitar dizendo que o produto não correspondia com o que era citado no edital. Sua intenção era desqualificar o teste da Secretaria, indicando possível esforço administrativo para favorecer outro fornecedor. A questão é que o teste culinário de ambos os leites que a Romano apresentou foram realizados na frente dos funcionários da empresa, e eles mesmos verificaram que o leite não dissolvia, formando grumos. Claudia informa ainda que logo depois houve uma licitação para bebida láctea sabor baunilha, na qual a empresa novamente se inscreveu e foi reprovada. O Conselheiro/Presidente Marcelo Colonato olhou a lei e disse que podemos visitar as empresas que participam da licitação e que ele gostaria de fazê-lo, de modo a conhecer mais estes fornecedores. Diante disso, Marcelo pediu o envio pelo DAESC da lista de todos os fornecedores atuais que a Secretaria tem, para organizar essas visitas. A conselheira Aline perguntou sobre a falta de refeição nas escolas de Hortolândia, ao que o DAESC explicou que o Prefeito suspendeu o convênio sem tempo hábil da Secretaria se organizar. As escolas estão abastecidas com todos os gêneros alimentícios necessários, no entanto, a licitação para manipuladores de alimentos está em andamento, pois há prazos legais mínimos que não podem ser desrespeitados. Claudia informa ainda que sua equipe foi até lá ajudar a DE a montar os processos, de modo que a alimentação escolar na região se regularizasse o mais rápido possível. Claudia



informa que conseguiram finalizar tudo e que na presente data o serviço já está normalizado nas escolas. Claudia informa ainda que na terça-feira, dia 22 de outubro, haverá uma audiência pública no Teatro da Secretaria Estadual da Educação sobre a terceirização total com alimentos e serviços. É uma audiência para qual o CEAE foi convidado, juntamente com as empresas e prestadoras de serviços. O DAESC elaborou um documento base (disponibilizado no site da Secretaria Estadual da Educação para consulta) e querem saber o que o mercado e o que os órgãos envolvidos acham, se algo está faltando no edital para funcionar bem o planejado na prática. A Cláudia mencionou também que pretende retornar os convênios de alimentação escolar com os municípios para o próximo ano, de modo que o Interior seja totalmente descentralizado e que a Grande São Paulo seja atendida pela terceirização. O conselheiro Fábio alega que os municípios não querem continuar com os convênios, pois o valor do FNDE com mais o repasse do Estado, não é suficiente para cobrir os custos. Claudia expõe que o valor é suficiente sim, o que ocorre é má administração destes recursos, muitas vezes por falta de experiência dos municípios. Claudia informa ainda que no momento a equipe está revisando as Atas de Registro de Preços e licitando todos os produtos para 2020. Claudia também está reorganizando a equipe e está realizando estudo com a Secretaria da Agricultura para normalizar a compra de itens da agricultura familiar. Os conselheiros questionaram sobre a situação de uma escola em Guarulhos, que foi alvo de matéria em um jornal, por teoricamente estar sem alimentos para a merenda. O DAESC trouxe um relatório com fotos sobre a escola, que está em anexo e informaram que voltarão lá na semana que vem. A equipe informa que o que aconteceu foi que a escola não estava dando saída nos produtos utilizados na alimentação escolar no sistema (SAESP II), de modo que o estoque da escola permanecia sempre cheio, bloqueando via sistema o envio de mais produtos. Foram devidamente orientados, para que o problema não volte a ocorrer. O Conselheiro Marcelo nos apresentou um aplicativo chamado Minha Escola, cujo responsável é a PRODESP. Nele existem muitas informações sobre a refeição nas escolas, informações estas que os próprios alunos alimentam, mas pergunta quem tem acesso às estas informações? A conselheira Aline explica que o aplicativo passou por uma fase de mudanças da primeira versão e que está sendo desenvolvido um relatório gerencial para que as escolas, DEs, Órgão Central e CAE tenham acesso. Ela informa que



cobrará a equipe responsável e que trará uma devolutiva na próxima reunião. Na sequência, a Gleice nos mostrou algumas fotos de refeição distribuída nas escolas, explicou que algumas merendeiras têm feito um trabalho maravilhoso com os produtos que são enviados, porém o único problema é que muitas vezes não seguem o *per capita* planejado, fazendo uma quantidade acima, desta forma acabando antes do tempo com o estoque dos alimentos enviados. Disse que farão reunião e visitas para explicarem novamente a importância de se fazer as porções planejadas para evitar o desperdício, já que o *per capita* é baseado na necessidade nutricional média dos alunos. Para finalizar, o Conselheiro Marcelo/Presidente enfatizou o fato do Estado de São Paulo apenas fazer ressarcimento de despesas das visitas fiscais dos conselheiros e não o pagamento antecipado, como ocorre em quase todos os Estados que teve contato. Falou sobre um cartão que o Paraná disponibiliza para Conselheiros, como uma espécie de cartão de débito, onde previamente é creditado pelo Estado o custo das despesas. Sugeriu então fazer um ofício para o Governador explicando tal situação e pedindo que São Paulo também busque uma forma de disponibilizar recursos financeiros para o conselheiro realizar suas visitas, tendo em vista que o custo para ir a algumas cidades do interior do Estado é muito alto e alguns conselheiros sempre estarão impossibilitados de viajar, já que não poderão dispor do valor para depois serem ressarcidos. O conselheiro Fábio sugeriu que o ofício seja feito para o Secretário e, após o parecer dele por escrito, o CAE encaminha para o Governador – já que têm que se respeitar as instâncias de solicitação, para dar mais validade ao pedido. O Marcelo se comprometeu a enviar as informações de outros Estados para montar este e-mail para o Secretário. Nada mais tendo a acrescentar, eu, Mirian Fidelis Guimarães, Secretária Executiva do CEAE-SP, redigi a presente ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

São Paulo, 18 de outubro de 2019.

Conselheiros Titulares:

Conselheiros Suplentes:

Marcelo Colonato
Presidente do CEAE-SP

Legiane Rigamonti
Conselheira



Márcia Cristina Thomazinho
Vice-Presidente

Angélica Cristina
Conselheira

Aline Tenório
Conselheira

Rita de Cássia Marchesi
Conselheira

Lucinete Rodrigues
Conselheira

Roberta Gama
Conselheira

Andréa Silva
Conselheira

Lindinalva Teodoro
Conselheira

Anatalina Lourenço
Conselheira

Aparecida Demambro
Conselheira

Fábio Santos
Conselheiro

João Vitor dos Santos
Conselheiro

Cláudia Chiaroni Afuso
Diretora DAESC/CISE

Priscila Gutul Galdino
DAESC/CISE

Gleice da Silva Marangoni Carvalho
DAESC/CISE

Mirian Fidelis Guimarães
Secretária Executiva